

do PIB; as formas diversas de planejamento, adotadas em países os mais diferentes, indicavam a presença do Estado na economia. No Brasil, a participação do Estado na economia começou, de forma sistemática — claro que o Estado está, pela sua própria natureza, presente na economia, sob qualquer regime — ainda em 1939, ano em que teve início a Segunda Guerra Mundial. A Constituição de 1946 incluía indicações relacionadas com o planejamento, particularmente no que se referia às áreas atrasadas ou vitimadas por calamidades. Ao Plano SALTE, previsto para o período 1948-50, sucedeu-se o Conselho de Coordenação e Planejamento Econômico; em 1956, surgiu o Conselho de Desenvolvimento, órgão da Presidência da República. Foi o ano do Plano de Metas, já analisado aqui. Em 1961, apareceu a Comissão Nacional do Planejamento. No ano seguinte, o Plano Trienal. O novo regime estabeleceu, como repertório de sua política econômica e financeira, para o período 1964-66, o Programa de Ação Econômica do Governo, prolongado, em 1967, pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento, e completado, em 1970, pelas Metas e Bases para a Ação do Governo.

O problema da função do Estado, pois, representava uma opção política. As posições eram definidas com clareza, antes.¹⁸⁵ A alteração nelas é recente. Antes, a burguesia, com apoio popular, batia-se pela intervenção; seu grande líder, Getúlio Vargas, definiria com firmeza essa posição: “Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do *laissez faire* econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples”. Sob tal orientação é que o Estado brasileiro lançou as bases da siderurgia, com a formação da Companhia Siderúrgica Nacional, e construção da usina de Volta Redonda. O pensamento econômico do imperialismo e das forças internas associadas era outro e pode ser exemplificado com a idéia defendida por Eugênio

¹⁸⁵ “A intervenção do Estado na economia dos países subdesenvolvidos e, em particular, na América Latina, não foi orientada no sentido de limitar as funções do capital privado; ela surgiu precisamente para suprir as deficiências desse capital privado, buscar melhor aplicação para recursos escassos e diversos, enfrentar a espoliação e a concorrência estrangeiras, criar a base econômica necessária ao reforçamento da independência nacional. Contudo, à medida que o país caminha em seu processo de desenvolvimento, ocorrem mudanças na relação entre o setor estatal e os interesses privados. Nem sempre permanece a harmonia de interesses na fase inicial. Representantes da iniciativa privada passam a reclamar limites para a ação do Estado, abolição dos monopólios estatais, venda das empresas públicas. Mas a pressão maior tem sido de origem externa, daqueles grupos estrangeiros que querem transformar a intervenção do Estado em instrumento de sua expansão e vitória sobre os capitais nacionais”. (Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 39).